

GEOGRAFIA DO CRIME: A ROTA DO TRÁFICO ILÍCITO DE ARTE E BENS CULTURAIS NA SÍRIA E NO IRAQUE

*PILAR, Camille¹
GUSSO, Guilherme²
TRAUMANN, Andrew³*

Resumo: Esse artigo explora as concepções de espaços e geopolíticas, como o crime organizado estabelece na contemporaneidade poder em espaços vazios na lógica do sistema internacional. Preocupando-se em ser coeso e preciso sobre alguns aspectos da própria realidade, esse artigo busca apresentar importantes questões sobre a sociedade moderna: como o espaço pode estar ocupado de poderes e influência do Estado e como o lucro das grandes empresas que competem com o Estado para organizar uma forma de cooperação do crime organizado uma realidade? Percebemos que essas questões podem nos guiar através de milhares de teorias, a diversidade deste tema é ampla o suficiente para dispensar a importância de admitir que nestas linhas teremos o maior prazer em analisar apenas um início ao assunto. Neste momento no artigo traremos para os holofotes alguns aspectos do crime organizado nos bastidores do lucrativo mercado transnacional de roubo de arte e bens culturais. O contexto histórico se dá na Guerra da Síria e do Iraque e a ascensão do autodenominado Estado Islâmico (ISIS) após as duas guerras, é muito comum virem à nossa mente os famosos casos de roubo arte e bens culturais roubados pelo ISIS. De sítios arqueológicos a enormes redes de vendedores e compradores, convidamos você a explorar e descobrir algumas novas perspectivas sobre os mercados ilegais de arte e bens culturais.

Palavras chaves: ISIS; mercado transnacional de arte e bens culturais; *nonstate spaces*.

Abstract: This article aims to explore through the conceptions of space and geopolitics, how organized crime establishes control over voids of power in a contemporary reality, by the logics of an international system. Concerned about being cohesive and precise over some aspects of the reality itself, this research rehearses above a important question to modern society: "How can a nonstate spaces possibly be occupied as an empty block of state power and influence; and how does the profit of great companies and states compete against an organized crime reality?" We realised that these questions can guide us through thousands of theories, as the diversity of this theme is wide enough that this article will barely scratch the surface of it's reality. In this article, we will bring to the spotlight some aspects of organised crime, showing what happens behind the backstage of a profitable transnational market of stolen Art and Cultural goods. The historical context of this article happens in the Sirian War, the Iraq War and through the ascension of the "Self-Styled Islamic State", which is very common in our minds for the famous cases of stolen art and cultural goods. From archaeology sites to massive networks of sellers and buyers, we invite you to explore and discover some new perspectives over art illegal markets.

Key words: ISIS; Transnational market of stolen Art and Cultural goods; *nonstate spaces*.

Artigo recebido em: 02/07/2021
Artigo aprovado em: 20/08/2021

¹ Camille do Pilar da Silva, Bacharel em Relações Internacionais. camillepilar@hotmail.com

² Guilherme Gusso, cursando Bacharel em Relações Internacionais. guilhermegusso96@gmail.com

³ Andrew Traumann, orientador e Doutor em História. andrewtraumann@hotmail.com

Introdução

O mundo que os olhos enxergam é repleto de vida, por entre os mais diversos tipos de espaço, os olhos acompanham o movimento por entre ruas, vielas e becos. A vida em movimento nos proporciona a sensação de viver e estar vivo. Assim como nossos olhos, nossos ouvidos também são testemunhas da realidade em constante infusão de sons e ruídos. Se uma árvore cai na floresta, e não tem ninguém por perto, ela faz barulho? Logicamente sim, porém, quantas árvores caíram nas últimas 24 horas e nada ouvimos? Em essência, a realidade bruta é formada pelos sentidos e pela percepção humana. A pergunta sobre a árvore que cai, possui raízes no século XVII e foi sofrendo diversas alterações em seu corpo durante 400 anos, desde que o bispo George Barkley a idealizou pela primeira vez em seu livro: Três Diálogos entre Hylas e Philonous. Embora alterada, sua essência filosófica permanece a mesma, originalmente, Hylas e Philonous discutiam se a natureza observável só se torna real se submetida aos sentidos.

A ideia de trazer ao presente estudo, uma perspectiva geográfica, não foi mera questão estética, muito pelo contrário, a partir da perspectiva do Estado capitalista e as logísticas do livre mercado, em um contexto neoliberal – operada diariamente por grandes corporações – funciona de maneira geograficamente rastreável, de maneira que torne-se possível, por exemplo - através de um conhecimento de embarque comum - rastrear a origem e o destino de um pallet ou um container.

No caso do mercado ilícito, tais informações que formulam essas rotas, acabam sendo completamente imersas na obscuridade e no desconhecimento. Nos perguntamos diversas vezes ao longo deste estudo, como seria possível a ideia de “espaço não governável” em um mundo que mostra-se cada vez mais tecnologicamente observador? Onde o Estado busca constantemente fazer-se onipresente na segurança internacional por intermédio do controle de fronteiras. Historicamente falando, havia por parte do Estado, ao administrar seus territórios, uma necessidade muito grande em criar grandes concentrações de pessoas nas metrópoles, esta ideia gira em torno de um antigo determinismo geográfico, onde o Estado,

priorizava a “sedentarização” humana em grandes conglomerados urbanos, ampliando cada vez mais suas zonas de influência ou “state spaces”. (SCOTT, 1998)

Em contrapartida, os espaços não estatais, pelo menos no período pré-colonial, eram fruto da economia de movimento, ou seja, quanto menos sedentárias as formas de comércio, mais difícil seria de o Estado pré-colonial manter controle sobre suas apropriações. Esta economia de movimento foi responsável por constituir espaços onde o estado não obtinha controle total da população e da economia (nonstate spaces) (SCOTT, 1998). Ainda segundo Scott, as zonas onde o poder do Estado não atua, constituem em espaços que abrem margem à subversividade. Sendo assim, tais espaços são propensos a atuação criminosa em geral, alimentando um “subsistema” paralelo, antagônico à ordem e ao desenvolvimento urbano. A vulnerabilidade destes espaços não estatais, em um panorama histórico, sempre ameaçou diretamente a administração de Reinos, Impérios e Estados (SCOTT, 1998).

Há um vácuo de poder entre as políticas de cunho local e as economias globais. Estes “espaços vazios” tendem a ser frutos do colapso de grandes estruturas. Atualmente o Estado pode até pensar de maneira global, mas a condução dos interesses da economia acaba por ser conduzida pela economia global e suas agências. (BAUMAN, 2001)

Diversos colapsos estruturais deram origem a espaços vazios, que ao longo do tempo foram preenchidos das mais variadas formas. Um exemplo fascinante desta teoria, posta em prova, pode ser retirado da tragédia que chocou e marcou o início do Século XXI: o atentado às Torres Gêmeas. Tratando-se dos colapsos acima mencionados, a estrutura global que mais viu-se modificada em face do ocorrido, foi a Segurança Internacional. O Estado norte-americano passou a investir cada vez mais nas vulnerabilidades de suas aduanas e fronteiras aeroportuárias de maneira geral. Suas diretrizes e projetos de segurança não demoraram para serem testadas no campo de batalha, e “exportadas” para o mundo inteiro como solução.

Geógrafos como Stephen Graham, lidam constantemente com esta temática associada ao esforço que o Estado imprime ao tornar-se onipresente por intermédio da tecnologia e da securitização das fronteiras. Porém, ao direcionarmos nossa atenção a segurança interna das grandes metrópoles, podemos perceber, que na medida em que as populações tomam as ruas

em protesto, cientes de seu papel transformador nas democracias modernas, o Estado, através de um policiamento agressivo e táticas altamente militarizadas, passa a utilizar-se de técnicas e armamentos não letais, previamente testados em guerras urbanas, normalmente em regiões que ainda encontram-se em desenvolvimento, e que possuem propensão ao conflito como: Gaza, Bagdá, Jenin e Cisjordânia. Este “know-how” urbano-militar, é comercializado pelas grandes potências como “soluções de segurança” de ponta, encabeçado por um mercado altamente coalizado por grandes corporações. (GRAHAM, 2016)

O início do século XXI é marcado por diversos episódios que nos ajudam a montar as peças deste grande quebra-cabeça, envolvendo o uso de tecnologia de guerra contra civis no mundo todo. Em 2013, no Brasil, um aumento na tarifa dos ônibus, levou a protestos generalizados, que estouraram em todos os estados do país. A polícia diversas vezes entrou em confronto com os manifestantes, de maneira a se utilizar de táticas de “choque”, além de reprimir muitos atos com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. O episódio das manifestações de 2013, infelizmente, tiveram curta duração, portanto, é necessário tomar como exemplo revoluções onde realmente houve uma extensa luta entre as forças coercitivas do Estado e a população civil. Por incrível que pareça, este período é riquíssimo nestes episódios de grande tensão. Em 21 de Novembro de 2013, estourava na Ucrânia o Euromaiden, figurando uma grande guerra popular nacionalista, com duração de 3 longos meses. O episódio ilustra o preparo que o Estado neoliberal moderno possui, ao reprimir violentamente manifestações populares com o “melhor de dois mundos”, usando contra seus próprios civis, táticas e instrumentos importados da própria guerra armada.

Obviamente o panorama acima é de suma importância para entendermos os pormenores da geografia do crime, pois implica que o atual estado do plano de desenvolvimento das instâncias urbanas, tende ao fenômeno do urbanismo militar, tema de constante relevância em Cidades Sitiadas (2016).

O presente artigo trata de um tema complexo, diria tratar-se até mesmo de um paradoxo. Nossa intenção é colaborar de maneira modesta aos estudos na área, não esgotando as discussões em torno do tema, pois ao tratar do tráfico de bens culturais e obras de arte,

permeiam constantemente os obscuros caminhos de uma geopolítica do vazio e das guerras do mundo globalizado, pelos quais percebemos a existência de uma imaterialidade espacial, utilizada como espaço de atuação das instâncias criminais em função das leis dos Estados.

A análise de um determinado contexto político/social, raramente excede o utilitarismo. Novamente, tomando como exemplo, nossas florestas, dentro das concepções de Diderot em *Encyclopédie*, aos olhos dos utilitaristas, a natureza não passa de uma fonte de recursos econômicos. Nesta ótica, a natureza como complexo habitat natural, deixa de existir. Portanto, temas ligados a uma perspectiva humana devem levar em consideração, em sua análise, certo grau de abstração e subjetividade (SCOTT, 1998).

1. GEOPOL da atuação criminosa

Partimos da ótica do mistério quando nos debruçamos sobre a ideia de que há um mercado em torno de bens culturais roubados: pinturas, esculturas e afins. Transitando por espaços invisíveis ao conhecimento comum.

Um dos aspectos mais fascinantes em função desta atividade criminosa, é o obscurantismo em que ela atua e se insere. A problemática praticamente se forma sozinha. Será o crime organizado atuando em um destes espaços vazios que Zygmunt Bauman relata ser produto do colapso de estruturas? Se sim, quais estruturas colapsaram para que seja possível a existência de uma rede de tráfico cultural tão complexa e desconhecida?

A fim de compreender um pouco mais o contexto geopolítico em que insere-se tal atividade criminosa, é necessário que conheçamos um pouco seu principal ator: o crime organizado. A atuação destas organizações criminosas muitas vezes se dá por meios locais ou internacionais, uma vez que atuam de forma geográfica e geopolítica. Segundo Marcelo Fabian, em sua contribuição para com a conceitualização de crime organizado no *Dicionário de Segurança e Defesa* (2018), o autor sintetiza que o crime organizado utiliza-se da reprodução de um contexto social e político, com o fim de estabelecer-se como uma instituição de ordem legal. De maneira pragmática, práticas como a lavagem de dinheiro,

facilmente enquadram-se nesta perspectiva. O crime organizado, não costuma ser de cunho revolucionário, muito pelo contrário, ele depende do conservadorismo para expandir-se, procurando ater-se ao status quo e a preservação da ordem, pois a atuação das grandes instâncias criminais, tal qual a logística de suas operações, tendem a manter-se estáveis por intermédio da ordem estabelecida. (FABIAN apud Tokatlian, 2000)

O crime organizado atua de maneira meramente geopolítica, uma vez que possui grande conhecimento das legislações que burla, portanto, o status quo da ordem pública, é um pilar fundamental para sua sobrevivência, tanto a nível nacional quanto internacional.

A ideia de que a estabilidade política e social proporciona meios seguros para que as atividades criminosas possam continuar em atuação, soa um tanto paradoxal, porém traduz-se em uma realidade pungente. Instituições criminosas, tendem a frequentemente utilizar-se do profundo entendimento das leis do Estado contra o próprio Estado, agindo boa parte do tempo de maneira a circundar as margens do sistema capitalista e suas brechas. Portanto, o crime organizado é sócio ou penetra no jogo neoliberal? Fabian nos explica que:

[...] o crime organizado tende a estabelecer uma estreita e intensa articulação com o Estado, seja para o seu funcionamento ou para a sua expansão. E, relacionando-se a isso, o crime organizado tende a buscar e alcançar o acúmulo de poder político e econômico (FABIAN apud Tokatlian, 2000, p.269)

Esta relação do Estado como sócio do crime organizado se dá por intermédio do uso da violência e do suborno de entes dos mais variados níveis do funcionalismo público, além da constante tentativa de inserção da figura da organização criminosa, como um ente pertencente a própria sociedade (Fabian apud Tokatlian, 2000).

Outro aspecto fundamental e constitutivo do crime organizado é a sua vinculação com o Estado. Tal como indica Carlos Flores Pérez (2009), o crime organizado tem o propósito de obter ganhos econômicos mediante o desenvolvimento de diversas atividades ilícitas apoiadas, em última análise, pelo uso da violência, mas que constitui também um sistema de relações sociopolíticas duradouras assentadas em uma trama de redes clientelistas de

cooperação entre delinquentes profissionais e funcionários públicos. Nessas relações clientelistas, o patrão e o cliente podem ser indistintamente funcionários ou criminosos, dependendo das condições sociopolíticas que prevalecem no cenário dessas relações (Fabian apud Flores Pérez, 2009).

Sem sombra de dúvidas, um dos aspectos mais interessantes ligados à ideia de sociedade entre Estado e Criminalidade, é a projeção geopolítica que dá forma a essa relação. Em função de pesquisadores que já propuseram-se a trabalhar sobre os panos desta problemática, é comum observar que muitos definem a relação em questão, como puramente clientelista. A maneira como este clientelismo espalhar-se mundo afora, em portos e aeroportos, tem por objetivo comum, uma estratégia que tende a corromper as instituições do Estado, de maneira a obter privilégios e manter o funcionamento logístico do crime organizado.

Negar o caráter organizado da criminalidade contemporânea é negar a história. Assim apresentou-se desde os primórdios, no término do sistema feudal na Itália ainda durante o século XIX. Já então misturava promiscuamente negócios e criminalidade, política e favoritismos, clientelismos, fraudes eleitorais e, por último mas não menos importante, parcialidade na aplicação da lei ou fraude jurídica. Em outras palavras, o crime organizado na Itália seria o resultado de profundas mudanças históricas que provocaram hibridismos culturais, rearranjos da propriedade fundiária e jogos políticos complexos, tudo ao fio da navalha de uma violência sem perdão. (ZALUAR, 2003. p.2)

Afinal, se as relações entre estado e crime organizado se formam através de um clientelismo, talvez a geografia da atuação criminosa, assemelha-se em muito com a atuação de uma empresa transnacional, visto que, a única forma de “manter-se ativamente” é vincular-se a instituições dos mais variados tipos. Visto que a segurança internacional ostenta uma blindagem praticamente impenetrável desde os atentados do 11 de setembro, a única forma de atuação do crime organizado na sociedade, se dá por intermédio dos “vazios” sistema, ou de acordo com James Scott (1998) “espaços não estatais”.

Tratamos aqui de uma geopolítica do crime organizado, sendo este, um reflexo indissociável do capitalismo neoliberal. É nos espaços vazios entre políticas locais e a economia global, que a grande disputa da globalização está sendo conduzida. (BAUMAN, 2001)

2. Pilhagem ao berço da civilização

O tráfico de bens culturais e obras de arte, principalmente em tempos de guerras, conflitos armados e cenários de instabilidade política e econômica, tem-se tornado uma preocupação internacional cada vez mais constante, apesar dessas preocupações serem de longa data, como por exemplo, os saques de obras de arte por parte dos nazistas na Segunda Guerra Mundial. A destruição⁴ da propriedade cultural ocorre pelos mais diversos meios, sejam eles intencionais ou não, causam danos irreversíveis à propriedade cultural, tal qual a história humana. Os saques são definidos como a retirada ilegal de bens culturais e obras de arte de uma área ou estrutura arqueológica ainda não escavada. Objetos de arte também podem ser saqueados de colecionadores, museus e institutos de arte. Normalmente o destino de bens culturais furtados é o mercado ilícito de obras de arte.

Dentre os roubos de propriedade cultural mais notórios ao longo da história contemporânea, podem-se destacar a atuação de grupos terroristas em episódios como a Guerra Civil Síria (2011), a Guerra do Golfo (1990) e posteriormente os crimes contra o patrimônio cultural humano praticados durante a era de ascensão do Estado Islâmico no Oriente Médio. Os episódios em questão inflamaram debates fervorosos no âmbito das Nações Unidas (ONU), levando o órgão a equiparar os ocorridos com a magnitude dos roubos de obras de arte na Segunda Guerra Mundial. Os conflitos que ocorreram no Oriente

⁴ Ao destruir locais de escavações arqueológicas, removendo ilegalmente bens culturais do solo, causam alguma forma de destruição. Segundo o Archaeological Institute of America, durante uma escavação arqueológica os historiadores possuem ferramentas para localizar os bens, documentar e datarem tudo o que for encontrado na expedição. Quando ocorrem roubos feitos por saqueadores, ao fazer a retirada desses bens, eles destroem, levando à destruição do conhecimento, de acordo com especialistas em arte. (UNIDOS, 2016)

Médio e os Estados fragmentados nessas regiões colaboraram para a destruição de bens culturais, bem como diversos roubos de arte, considerados importantes para a compreensão da história humana ao decorrer do tempo. Organizações terroristas, ataques iraquianos, grupos curdos, grupos de oposição ao governo sírio e atores individuais, colaboraram com os danos causados ao berço da civilização. As perdas à humanidade são incontáveis, causadas por bombardeios em sítios arqueológicos e saques a museus que continham obras e bens que datam de milênios. O autointitulado Estado Islâmico vem destruindo diversos locais, como sítios arqueológicos - considerados sagrados por diversas religiões e culturas - em todos os territórios em que projetam controle.

Dentre os itens arqueológicos considerados sagrados, destacam-se estátuas cristãs e túmulos de profetas que não pertencem à religião islâmica. Além de destruir sítios arqueológicos por toda a região do Oriente Médio, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o ISIS vem bombardeando templos na Síria, com enfoques em regiões como a cidade de Palmyra, normalmente decapitando arqueólogos que exerciam papéis importantes nesses locais. Khaled al-Asaad, por exemplo, foi um destes casos. Seu trabalho como arqueólogo em Palmyra foi de extrema relevância, porém, em agosto de 2015 Khaled foi vítima de uma execução pública, tendo o Daesh assumido a autoria do crime. Em 20 de Agosto de 2020, o portal de notícias da Abril, dedicou um artigo em memória ao arqueólogo com o seguinte cabeçalho: “A Síria não esquece Khaled al-Asaad, o guardião de Palmyra”.

Casos como o de Khaled al-Assad, são característicos ao regime de violência e retaliação histórica imposta pelo jihad do auto-intitulado Estado Islâmico. Cada vez mais lugares, considerados Patrimônio Mundial, tombados pela UNESCO, vêm sendo atacados no Iraque e na Síria, causando terríveis e inestimáveis perdas culturais e históricas para a humanidade (UNIDOS, 2016).

Os oportunistas que furtam bens culturais e obras de arte muitas vezes buscam vendê-las no mercado ilícito. Os lucros arrecadados pelo ISIS vão, principalmente, para o financiamento de seus atos terroristas. A forma como o mercado-negro de obras de arte e

bens culturais se molda em seu modelo “contra-econômico” vem sendo alvo de diversas especulações. Acredita-se que o ISIS utiliza-se destas práticas como forma de “lavagem de dinheiro”. Em sua estrutura organizacional, o ISIS possui uma divisão exclusiva para o cunho de infrações desta natureza, chamada Divisão de Antiguidades. Acredita-se que o grupo arrecada cerca de 20% sobre os objetos saqueados, além de emitir autorizações que permitam que determinadas pessoas possam efetuar as escavações ilegais nesses territórios.

Ao discorrer sobre o assunto de roubos de artefatos culturais e obras de arte, observa-se que, embora o tráfico desses bens seja difícil de quantificar, grupos de crime organizado cada vez mais vem utilizando-se da fraca estrutura dos Estados para continuar existindo. Os lucros obtidos com os saques garantem parte da receita do ISIS, ajudando-o a financiar seus atos ilegais. Ao decorrer dos estudos de casos aqui apresentados, forneceremos as condições ideais para a formulação de uma síntese no que diz respeito à geografia e a geopolítica por de trás deste nicho do crime organizado.

3. Guerra do Golfo e suas vítimas

O mercado de bens culturais e obras de arte é um mercado completamente cinzento e obscuro, uma vez que aqueles que detêm conhecimento empírico sobre o tema, normalmente estão vinculados a instituições federais de investigação ou até mesmo infiltrados nesta poderosa contra-economia (que cá entre nós, não é destinada a “qualquer um”). Portanto, torna-se complicado afirmar os valores exatos que o crime organizado lucra com estas vendas. Na maioria dos casos, roubos que possuem como alvo bens culturais, já possuem compradores muito antes dos furtos serem efetuados. Arqueólogos como John Russell, em declaração dada ao International Herald Tribune, 2005, acredita que entre março de 2003 e início de 2005 mais de 400 mil antiguidades poderiam ter sido retiradas ilegalmente do Iraque. Os lucros obtidos passam dos 10 milhões de dólares, podendo chegar até mesmo a casa dos 20 milhões. Conforme anteriormente mencionado, é difícil chegar a números absolutos, o mesmo se aplica a ambientes politicamente estáveis. Quando procura-

se analisar os acontecimentos em territórios que passam por dificuldades oriundas da guerra e do conflito, as chances de se obter fontes de informações sobre os saques, ficam cada vez mais escassas, mesmo existindo indícios documentados por organizações estatais ou internacionais legais. (HARDY, 2012)

No período que antecede 1991, o Iraque possuía uma inigualável estrutura de proteção à propriedade cultural dentro do Oriente Médio, por vezes até exemplar. A lei nacional sobre propriedade cultural e arte no Iraque considerava que bens culturais móveis e imóveis eram de domínio do Estado. Escavações em sítios arqueológicos, por exemplo, só poderiam ser iniciadas com a autorização do poder público, além de estabelecer rígidas questões com relação aos dados das antiguidades e obras de arte que fossem descobertas por historiadores. (FORSYTH, 2004)

Antes da invasão do Kuwait, o Iraque dispunha de um Departamento Cultural de Antiguidades, onde o governo de Saddam Hussein investiu uma quantia considerável de dinheiro, a fim de incentivar a atividade arqueológica na região. (LAWLER, 2001) As intenções de Saddam em proteger os bens culturais iraquianos, provavelmente foram movidas por sentimentos nacionalistas e de autopromoção. Na Babilônia Saddam havia iniciado uma série de estudos em sítios arqueológicos, onde ordenou que seu nome fosse timbrado em tijolos encontrados nos projetos de restauração. Com os achados arqueológicos, foram erguidos museus para que a população tivesse fácil acesso a educação e cultura. (FORSYTH, 2004)

Como resultado das políticas públicas do país em relação a arte e bens culturais, era quase inexistente o comércio ilícito de antiguidades e arte no Iraque antes da Guerra do Golfo em 1990. Com a Guerra do Golfo, o Estado iraquiano adquiriu novas prioridades, obviamente ligadas aos massivos investimentos em defesa e segurança nacional. Temas ligados à proteção do patrimônio cultural nacional, frente ao novo contexto geopolítico, foram deixados de lado. Historiadores e arqueólogos passaram por um processo de êxodo nacional, muitas vezes levando consigo recursos estratégicos para a manutenção de diversos sítios arqueológicos e museus protegidos. Visto a incapacidade administrativa do Iraque em

manter a segurança de seu patrimônio, a ONU iniciou um programa de sanções ao país, fazendo com que diversos suprimentos militares não chegassem até eles, além de dar fim a grupos acadêmicos de pesquisa científica ligados à cultura. Todos os estudantes de arqueologia, arte e história foram deixados de lado por conta da Guerra do Golfo, visto que eles não poderiam receber novos materiais para estudos e nem dar início a novas pesquisas e escavações. Os poucos grupos de pesquisa que sobreviveram, precisavam atuar de maneira independente. (AGNEW; MYERS, PALUMBO, 2009)

Diversos museus e sítios arqueológicos foram bombardeados durante a primeira Guerra do Golfo, danificando extensas áreas e destruindo seus patrimônios culturais. Além dos estragos causados pelas sequelas da guerra, os criminosos viam nesses artefatos uma forma de produzir receita no crime organizado, uma vez que a renda das famílias era baixa e o salário médio era de \$2 dólares mensalmente. O mercado ocidental por bens culturais e obras de arte, advindas da Mesopotâmia começou a aumentar cada vez mais durante os anos da guerra, pois eram objetos de desejos de grandes colecionadores de arte. Grupos de crime organizado começaram a concentrar seus esforços para a demanda que surgia, colecionadores ocidentais fizeram pedidos especiais de peças advindas da Mesopotâmia, encorajando cada vez mais saques e pequenos furtos. Os terroristas por trás destes crimes estavam dispostos a atingir seus objetivos a todo custo, com isso, aqueles que se posicionassem contra seus objetivos, se tornavam vítimas da violência. (FORSYTH, 2004)

Atualmente, estima-se que mais de 10 mil antiguidades foram recuperadas e apreendidas pelo governo iraquiano em suas fronteiras, sabe-se que provavelmente muito mais que o dobro conseguiu passar pela segurança iraquiana. Na década de 1990 o mercado ilícito de bens culturais e obras de arte estava repleto de artefatos culturais, advindos em sua maioria da Mesopotâmia, desaparecendo definitivamente em coleções particulares de excêntricos consumidores deste mercado. (GIBSON, 1997)

O patrimônio cultural iraquiano perdas significativas durante a Guerra do Golfo, coleções de arte e peças de arqueologia das mais variadas formas e origens, foram saqueadas e destruídas em motins anti-Saddam Hussein. Com os primeiros atos, surgiu uma onda de

devastação de bens culturais de forma totalmente generalizada em museus nacionais, principalmente em abril de 2003, com o fim dos conflitos do Golfo. Objetos roubados foram encontrados em mercados de arte na Europa e nos Estados Unidos. Tem-se conhecimento de artefatos que foram até mesmo encontrados no Ebay. Os objetos que foram perdidos, seja por roubos ou avarias nos motins, não tiveram apenas perda de valor monetário, mas perdeu-se também a possibilidade das gerações futuras terem o conhecimento cultural e histórico da região no Iraque, segundo McGuire Gibson (1997). Ainda de acordo com Gibson, é praticamente improvável que nos dias de hoje o governo iraquiano promova novos esforços para educação cultural de seus cidadãos, como visto antes da Guerra do Golfo.

Recentemente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) solicitou uma autorização para iniciar estudos no Iraque com os fins de assimilar os danos causados pela guerra aos bens culturais, entretanto a resolução presidida pelo Conselho de Segurança da ONU acabou sendo vetada pelos Estados Unidos da América e Reino Unido (UNESCO, 2014).

4. A invasão ao Iraque e as consequências para suas vítimas

A invasão do Iraque iniciou-se em março de 2003. Liderada pelos Estados Unidos, que sem autorização do Conselho de Segurança da ONU, enviaram um contingente de cerca de 200 mil soldados americanos ao Iraque, provocando comoção internacional e promovendo o debate público em função de protestos antiguerra no mundo inteiro. Dentro deste contexto, a promessa por parte dos Estados Unidos foi de que a intervenção no território iraquiano seria rápida, com o objetivo de restaurar a paz na região, em oposição clara ao governo de Saddam Hussein. A invasão norte-americana ao território iraquiano deixou diversas “feridas” que até hoje permanecem abertas, dentre elas, observa-se um país totalmente fragmentado, política e economicamente instável e com um governo enfraquecido. O panorama de crise e caos, favoreceu a ascensão dos mais diversos grupos criminosos na região.

Os ataques a destruição de patrimônios culturais e obras de arte aumentaram com o aparecimento do autointitulado Estado Islâmico e o enfraquecimento do Estado iraquiano. Os picos de ataques a objetos culturais aumentaram principalmente no ano de 2014. Na campanha o Estado Islâmico conseguiu tomar um grande território ao norte do Iraque, por consequência disso diversas propriedades culturais e obras de artes foram destruídas a marretadas, explosões e até mesmo por tratores que passaram por cima de diversos monumentos históricos, sítios arqueológicos e obras de arte que faziam parte de culturas cristãs, sufis, xiitas e yazidis.

Percebe-se um aspecto de iconoclastia nos crimes do ISIS, uma vez que os objetos destruídos eram aqueles que não faziam parte da cultura sunita. A violência causada contra a minoria religiosa no Iraque, seguindo uma ideologia jihadista, contribui para que a propriedade cultural e histórica desse povo seja destruída. O ataque a bens culturais e obras de arte é usado como um instrumento de violência duplo, uma vez que é utilizado como meio de “limpeza cultural”, que objetiva apagar todo e qualquer símbolo étnico de outras comunidades e nações adversas a ideologia jihadista, ao mesmo tempo que se contrapõe a uma reconstrução da história anterior. (AUWERA, 2012)

Os saques e ataques à propriedade cultural e obras de arte em território iraquiano, só tiveram início a partir do momento que eles conseguiram controlar os territórios locais. A limpeza cultural com fins de destruir determinados povos é semelhante às práticas realizadas em territórios da Bósnia e do Kosovo durante as guerras iugoslavas no final da década de 1990, onde diversos monumentos históricos e obras de arte da cultura local foram roubados. (BRAMMERTZ; HUGHES; KIPP; TOMLJANOVICH, 2016)

Assumir o controle desses espaços para o ISIS é parte das suas estratégia principal. Mesmo que esses bens culturais e obras de arte não tenham valor estratégico militar, para o grupo *jihadista*, estes saques fazem parte da exploração direta de diversos povos minoritários e eles são parte da receita do grupo armado. Certamente, o ISIS não é o primeiro grupo que beneficia-se financeiramente do tráfico ilícito de obras de arte e bens culturais da região do

Oriente Médio⁵. O Daesh - “braço” armado do ISIS no Iraque - tem sido o grupo que mais contribui e lucra para o tráfico de artefatos culturais e obras de arte na região da Síria e do Iraque. (LAMB, 2014)

Segundo Franklin Lamb (2014), o fluxo de bens culturais e obras de arte sírios e iraquianos, tornou-se o terceiro maior mercado negro do mundo. Durante a década de 1960 os cidadãos desses países eram um dos principais compradores desses objetos, uma vez que no mercado internacional não existia demanda para arte islâmica e antiguidades sírias e iraquianas. Porém este cenário mudou. Com o passar do tempo, a Arábia Saudita tem-se tornado um grande espaço de compra e venda de obras de arte islâmicas no mercado internacional.

Atualmente a cidade de Aleppo se tornou um berço para esse mercado ilícito, a saída destes artefatos se dá principalmente pelo norte da cidade, em direção à fronteira com a Turquia. A grande maioria das obras de arte e artefatos culturais têm sido mantidos em áreas escuras, depósitos que são utilizados para armazenamento desses objetos que serão vendidos futuramente quando a procura por eles estiverem mais frias. Em contrapartida, os especialistas da área garantem que os objetos vão surgir em um futuro próximo.

Existe um grande problema ao encontrar os objetos e obras saqueadas, uma vez que eles acabam na casa de colecionadores excêntricos que detém a posse desses bens como um símbolo de status e poder. Parte da dificuldade em rastrear a origem e destino de bens culturais traficados, parte da ideia de que este mercado ilegal é comandado por enormes fortunas. Diversos artefatos arqueológicos e obras de arte sírias e iraquianas são localizadas na própria região de que são retiradas. Há também aqueles que vão para os mercados europeus e americanos, mas a maior procura por esses bens é na Ásia, principalmente na China.

⁵ Representação gráfica dos crimes cometidos a propriedades culturais e obras de arte por organizações criminosas no Oriente Médio: Disponível em: <<https://theantiquitiescoalition.org/understanding-the-problem/interactive-maps/cultureunderthreat-sm-art-m-app/>> Acesso em: 9 de novembro de 2020.

As importações americanas de artefatos culturais sírios e iraquianos também aumentaram, principalmente os que foram roubados entre 2011 e 2013. Outro destino dessas obras de arte tem sido a Alemanha, e suas casas de leilões. Diversos objetos e obras de arte islâmicas foram leiloadas nesses locais duvidosos, os objetos chegaram até lá por meio de documentações que provavelmente eram falsas, conseguindo entrar no mercado legal de bens culturais e obras de arte.

Sabe-se que os atores envolvidos nesses crimes são organizações criminosas, grupos terroristas, casas de leilões e vendedores na darkweb. Entretanto, há indícios de que autoridades do governo libanes e turco estão envolvidos neste esquema, principalmente no tocante a corrupção de agentes aduaneiros nas fronteiras. Além desses atos por autoridades do governo, muitos bens culturais apreendidos não são devolvidos ao seu local de origem. (LAMB, 2014)

Conclusão

Os atos contra patrimônios culturais e obras de arte são negligenciados por parte dos Estados locais sírio e iraquiano. Entretanto, é difícil cobrar legislações quando o governo civil não é eficaz e não existem melhorias na ordem política e econômica dos países. Diversas ajudas para combater o mercado ilícito de bens culturais e obras de artes dadas a esses Estados foram desviadas a fins de financiar milícias, que contribuíram para o enriquecimento de agentes governamentais corruptos. A assistência material - econômica - não chegou na Síria por conta da fragmentação política em que o país vive e por conta de parte do território ser tomado pelo ISIS, entretanto a mesma ajuda foi possível no Iraque, em partes.

A realidade Iraquiana foi diferente e os esforços tiveram mais alcances positivos no território. Percebendo que necessitavam aumentar os esforços para questões estratégicas no pós invasão do Iraque. Houve um grande programa de iniciativas para a restauração do patrimônio cultural iraquiano, que durou anos, apesar de não ter tido 100% de aproveitamento. As mesmas soluções foram apresentadas para a Síria, pela UNESCO, mas

não obtiveram muito sucesso pois o país ainda é tomado por grupos insurgentes e um Estado fragmentado. (BRODIE, 2015)

As políticas que surgem na intenção de combater esses grupos de crime organizado atuam de forma reativa, falhando nessas tentativas por dois motivos. O primeiro é que eles acabam fornecendo um tempo e espaço para formação de novas rotas para transbordar esses bens culturais e obras de arte para o mercado externo, tornando as rotas cada vez mais desimpedidas contribuindo para o contrabando e o mercado internacional. O segundo motivo é que as políticas atuais levam tempo demais para chegarem no coração do problema, colaborando para o agravamento dos danos à história cultural dessas regiões. (CUNLIFFE, 2012)

Ao relembrar o conceito de "espaços não estatais" de James Scott (1998) nota-se que as organizações criminosas são produtos do colapso de estruturas estatais, como o ocorrido na Guerra do Golfo e na Guerra Civil da Síria. Os conflitos que ocorreram no Oriente Médio fizeram com que os Estados fragmentados desse origem aos "espaços não estatais", fazendo com que colaborasse para que houvesse danos irreversíveis ao patrimônio cultural regional. É nesses espaços vazios entre políticas locais e a economia global que passou a surgir grupos de crimes organizados, como é o caso do Estado Islâmico, onde ele, através da ausência do aparato estatal, utiliza da pilhagem de obras de arte e bens culturais para o seu financiamento.

O Estado iraquiano antes da Guerra do Golfo na década de 90 tentou impedir por diversas vezes que o crime organizado agisse contra a cultura do país. Esforços estatais por meio de leis, apreensões fizeram com que o Iraque fosse um país de destaque na preservação de sua história. Entretanto, com as heranças da Guerra do Golfo, o crime organizado passou a estabelecer estreitas e intensas articulações com o Estado, principalmente para que o funcionamento de seus atos agirem de maneiras que possam satisfazer seus interesses. Assim como ocorrera na Síria, que através das instabilidades da região e os conflitos armados fizeram com que uma série de grupos insurgentes utilizassem o mercado ilícito de artefatos culturais e obras de arte para financiamento de seus atos. Como já apontado no presente

estudo, agentes estatais do regime sirio usufruíram desses atos, o que Carlos Flores Pérez (2009) chamaria de uma "[...] trama de redes clientelistas de cooperação [...]".

Ainda que nossos esforços para responder a problemática deste estudo apontam à uma rede de possíveis envolvimento corruptos de instituições estatais com o crime organizado internacional, e a maneira como estas colaboram para alimentar espaços ingovernáveis na geopolítica global, em nossa conclusão, reconhecemos na atuação transnacional do crime organizado, diversos elementos oriundos de fundamental análise. Dentre eles, o mais importante versa sobre suas origens.

O fenômeno do crime organizado constitui e firma suas raízes no próprio capitalismo, ou seja, trata-se de um problema de ordem sistêmica (generalizado), pois dentro do capitalismo, é onde o crime transnacional tende a tomar forma e se expandir, normalmente utilizando-se métodos e práticas legais para tal. O grau de desenvolvimento econômico de uma nação é irrelevante quando tentamos estudar a magnitude deste elo que une o crime organizado e o sistema capitalista, uma vez que entende-se que a atividade criminosa organizada é um fenômeno de ordem global, expandindo-se independente de estar localizado em regimes democráticos ou autoritários. (FABIAN apud Tokatlian, 2000). Portanto, ao sustentar a ideia de que há nos Estados do mundo um vínculo regional e societário entre instâncias criminosas e poder público, acabamos por apenas “arranhar a superfície do problema”, uma vez que diversos autores atribuem a este fenômeno um aspecto sistêmico global, atribuindo ao problema um caráter de efeito colateral do sistema capitalista, descartando a hipótese de que o ato ilícito de ordem organizacional, consiste apenas em vínculos societários-criminosos de ordem Estatal (regional).

Bibliografia

AGNEW Neville; MYERS David; PALUMBO Gaetano. *The GCI-WMF Iraq Cultural Heritage Conservation Initiative: Building Professional Capacity for Cultural Heritage Conservation and Management*, v. 11, Cisjordânia, Conservation and MGMT of ARCH, 2009.

América, Estados U. *Cultural Property - Protection of Iraqi and Syrian Antiquities*. Estados Unidos da América, United States Government Accountability Office - Report to Congressional Requesters, agosto de 2016.

BRAMMERTZ, Serge; HUGHES Kevin C.; KIPP Alison; TOMLJANOVICH William B. *Attacks against Cultural Heritage as a Weapon of War*, v. 14, ed. 5, Londres, Journal of International Criminal Justice, Oxford University Press, 2016.

BRODIE, Neil. *Syria and its Regional Neighbors: A Case of Cultural Property Protection Policy Failure?*, ed. 22, Estados Unidos da América, International Journal of Cultural Property, p. 317-335, 2015.

CUNLIFFE, Emma. *Damage to the Soul: Syria's Cultural Heritage in Conflict*, Carolina do Norte, Durham University and Global Heritage Fund, p. 6-19, 16 de maio de 2012.

FORSYTH, Marion. *Casualties of War: The Destruction of Iraq's Cultural Heritage as a Result of U.S. Action During and After the 1991 Gulf War*", v. 14, ed. 1, Chicago - Illinois, De Paul Journal of Art, Technology & Intellectual Property Law, 2004.

HARDY Samuel. *Curbing the spoils of war*". ed. 2220-2269, The UNESCO Courier - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2012. Disponível em: <<https://en.unesco.org/courier/october-december-2017/curbing-spoils-war>> Acesso em: 9 de novembro de 2020.

HOWARD Russell; PROHOV Jonathan; ELLIOTT Marc. *Digging In and Trafficking Out: How the Destruction of Cultural Heritage Funds Terrorism*, v. 8, ed. 2, Combating Terrorism Center, fevereiro de 2015. Disponível em: <<https://www.ctc.usma.edu/digging-in-and-trafficking-out-how-the-destruction-of-cultural-heritage-funds-terrorism/>> Acesso em: 9 de novembro de 2020.

GIBSON, McGuire. *Culture without context: the newsletter of the Near Eastern Project of the Illicit Antiquities Research Centre*, n. 1, Roma, British School, p. 6-7, 1997.

JASPER Scott; MORELAND Scott. *The Islamic State is a Hybrid Threat: Why Does That Matter?*, Small Wars Journal, 12 de março de 2014. Disponível em: <<https://smallwarsjournal.com/jrnl/art/the-islamic-state-is-a-hybrid-threat-why-does-that-matter>>. Acesso em: 7 de novembro de 2020.

LAMB Franklin. *Looting is the Greatest Threat to Our Cultural Heritage in Syria*, Foreign Policy Journal, 29 de dezembro de 2014. Disponível em: <<https://www.foreignpolicyjournal.com/2014/12/29/looting-is-the-greatest-threat-to-our-cultural-heritage-in-syria/>> Acesso em: 9 de novembro de 2020.

LAWLER, Andrew. *Destruction in Mesopotamia*, Iraq's Cultural Heritage: Collateral Damage, v. 239, ed. 5527, Science, p. 32-35, 06 de julho de 2001.

UNESCO. *Heritage and Cultural Diversity at Risk in Iraq and Syria*, Paris, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization Headquarters, 3 de dezembro de 2014.

SAN-PIERRE Hector; VITELLI Marina. *Dicionário de Segurança e Defesa*. São Paulo, UNESP Digital, 2018.

BAUMAN Zygmunt. *Wars of Globalization Era*. Londres, European Journal of Social Theory, Sage Publications, 2001.

SCOTT James. *Seeing Like a State*. New Haven; London, The Yale ISPS Series, 1998.

ZALUAR Alba. *Crime Organizado e Crise Institucional*. Natal, Versão Digital, p. 2, 2002.

BERKELY George. *Three Dialogs*. Chicago, The Open Court Publishing Company, 1906.

GRAHAM Stephen. *Cidades Sitiadas: O Novo Urbanismo Militar*, São Paulo, Boitempo Editorial, 1ª Edição, p. 30, 1 de Agosto de 2016.

HUTCHISON Emma; BLEIKER Roland. *Theorizing Emotions in World Politics*, Australia, Cambridge International Theory Journals, Volume 6, Edição 03, p. 491-514, Novembro de 2014.